

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

R\$ 190 milhões de prejuízo ao cofre do DF 3

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR: Receita libera consulta a lote residual 4

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Herdeiros agora têm de pagar dívida de consignado 5

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS atualiza margens do empréstimo consignado 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça impede Receita de fazer cobrança retroativa de CSLL 8

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Cartão consignado do INSS 10

AGÊNCIA BRASIL - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 7 11

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

As projeções econômicas "equivocadas" de 2023 (Artigo) 12

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: só incertezas (Artigo) 14

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção de IR do agronegócio dá salto 15

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção de IR para elite rural triplica em 5 anos, diz estudo 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Brasil gasta 1,6% do PIB com tribunais, maior despesa entre 53 países 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Crescimento da economia dos EUA fica acima do previsto 18

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tebet: veto a emendas pode ser revisto 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Veto de Lula a R\$ 5,6 bi de emenda parlamentar é provisório, diz Tebet 20

Sexta-Feira, 26 de Janeiro de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aldonin descarta risco fiscal e diz que política industrial pode superar R\$ 300 bi 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BCE mantém juros em 4% e descarta corte antes de inflação na meta 24

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercados renovam otimismo com cena externa 25

A GAZETA - MT - ECONOMIA
ECONOMIA

Índice cai 2,4 pontos em janeiro 27

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lucro de grandes bancos deve crescer 30% no 4º trimestre 28

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Com influência da inflação e do PIB nos EUA, dólar cai pelo terceiro dia no País 30

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

PIB perdeu força no 4º trimestre 31

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

PIB dos EUA surpreende, cresce forte e afasta temor de recessão 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

PIB dos EUA cresce 3,3% no 4º trimestre de 2023 33

R\$ 190 milhões de prejuízo ao cofre do DF

Júlia Eleutério

Uma megaoperação no Distrito Federal para combate ao crime de sonegação constatou o desvio de R\$ 190 milhões em **impostos** e multas dos cofres públicos, além do valor de R\$ 526 milhões em mercadorias que deveriam ser tributadas. Denominada de Tributum Elabi, a operação, realizada ontem pela Secretaria de Economia (SEEC-DF), abrangeu fiscalizações e ações fiscais em todo o DF, atingindo estabelecimentos comerciais, shoppings, transportadoras, aeroporto e blitz em rodovias. Ao todo, foram lavrados 84 autos de infração e apreensão.

Coordenador de fiscalização tributária e auditor fiscal da Receita do DF, Silvino Nogueira Filho explicou que esse trabalho foi desencadeado devido à investigação minuciosa que teve início no ano passado. "Produziu-se um resultado efetivo, em janeiro, tornando um crédito tributário de R\$ 190 milhões e uma base de cálculo em torno de R\$ 526 milhões", detalhou. A base de cálculo se refere ao valor das mercadorias que vão ser tributadas. O crédito tributário diz respeito a **impostos** e multas que devem ser pagos para os cofres públicos do DF.

Silvino destacou ainda que o principal objetivo é proteger os valores de arrecadação para que esse dinheiro seja utilizado em benefício da capital e não vá para outra unidade da federação. "A importância dessa operação é promover uma justiça fiscal para os contribuintes que trabalham regularmente e recolhem os seus **impostos** na capital, para que se tenha uma concorrência leal e um mercado equilibrado e que possa produzir riquezas para o DF. Com isso, o estado terá recursos para empregar em políticas públicas", ressaltou Nogueira Filho.

De acordo com a pasta, em alguns casos investigados, serão utilizados procedimentos de auditoria direcionados a empresas que buscavam suprimir ou reduzir o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) devido ao Tesouro do DF, deixando evidente um mecanismo tributário abusivo.

Nas investigações, foi constatado um possível esquema de envio de mercadorias com indícios de evasão fiscal para a Zona Franca de Manaus, resultando em algumas autuações nas rodovias do DF. Além disso, durante as apurações, os auditores

verificaram ainda a utilização de empresas de fachada, nas quais figuram interpostas pessoas (laranjas) nos contratos sociais para blindar os reais proprietários que se beneficiam da sonegação fiscal. Essas empresas são criadas com o objetivo de operar fraude fiscal, principalmente por meio de emissões de notas falsas.

Segundo a SEEC-DF, os seguintes produtos foram objeto de retenção e apreensão: bebidas; produtos alimentícios; material elétrico; confecções; calçados e vestuário; suplementos alimentares; cosméticos; eletrônicos; e utensílios domésticos. As mercadorias encontradas em situação fiscal irregular foram levadas ao Depósito de Bens Apreendidos da Receita do DF, onde foram contabilizadas pelos gestores fazendários.

Próximos passos A secretaria explicou que em muitos procedimentos fiscais não há apreensão de mercadorias, mas a constituição do crédito tributário que foi omitido ou suprimido por empresas que praticam a sonegação fiscal, causando prejuízo aos cofres do DF. Os produtos ficaram retidos para apuração do imposto e autuação. Após a aplicação de multa e da lavratura dos autos de infração, as mercadorias podem ser retiradas e ficam disponíveis para os remetentes e destinatários finais. Silvino completou que é necessário que o contribuinte se regularize. "Se ele fizer a regularização em até 30 dias, recebe desconto na multa principal", disse.

Nos shoppings e lojas comerciais do DF, os fiscais verificaram o uso das máquinas de cartão. "Constatamos em algumas investigações que há máquinas de estabelecimentos de outros estados funcionando aqui no DF, portanto, uma irregularidade desviando recursos que poderiam estar na capital", disse Nogueira Filho. "Viemos checar in loco se essa irregularidade se constata. Confirmando, será realizada uma auditoria para, então, efetivamente constituir o crédito tributário, se houver, identificando a sonegação", completou. O coordenador da operação detalhou que, após recolhidos os dados das máquinas de cartão e dos equipamentos de Pix, será feito o cruzamento de informações e, se houver algum erro, será feita a auditoria.

A operação, realizada por meio da Coordenação de Fiscalização Tributária da SEEC, teve a participação de 70 auditores fiscais da Receita do DF. Esta foi a primeira ação da nova Secretaria de Economia, que unificou as pastas de Fazenda e de Planejamento.

IR: Receita libera consulta a lote residual

A **Receita Federal** liberou a consulta ao novo lote residual de restituição do Imposto de Renda, do mês de janeiro de 2024. O crédito bancário para 306.224 contribuintes soma R\$ 800 milhões, e será depositado no próximo dia 31.

Do total, cerca de R\$ 626 milhões são devidos a contribuintes com prioridade, sendo 8.613 idosos acima de 80 anos, 67.695 entre 60 e 79 anos, 6.403 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave e 20.258 pessoas cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Na leva entram também 128.138 contribuintes que receberam prioridade por terem utilizado a declaração pré-preenchida ou optado por receber a restituição via Pix.

Para verificar a situação da restituição, é preciso acessar o site da Receita, clicar em "Meu Imposto de Renda" e depois em "Consultar a Restituição", ou fazer o download do aplicativo para tablets e smartphones. Se identificar alguma pendência na declaração, o contribuinte pode retificar a a informação, corrigindo os dados que porventura estejam equivocados.

O pagamento da restituição é realizado na conta bancária informada na declaração, de forma direta ou por indicação de chave Pix. Se o contribuinte encerrou sua conta, impossibilitando o depósito, o cidadão deve reagendar o crédito dos valores Portal BB, aqui, ou ligando para a Central de Relacionamento BB por meio dos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição no prazo de um ano, poderá requerê-lo pelo Portal e-CAC, disponível no site da **Receita Federal**.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Herdeiros agora têm de pagar dívida de consignado

Rodrigo Péret

Uma decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) reafirmou a obrigatoriedade de pagamento pelos herdeiros de dívidas de contratos de empréstimo consignado (que é descontado da aposentadoria ou da pensão), apesar da morte do devedor.

O argumento utilizado pelos herdeiros e negado pela justiça foi que a Lei nº 1.046/50, que rege a consignação em folha de pagamento não foi revogada e, portanto, deveria ser aplicada ao caso para livrar os herdeiros da dívida.

No caso julgado pelo TRF-1, o juiz federal Pablo Baldvieso relatou que o contrato de empréstimo em questão não incluiu qualquer cobertura securitária para o falecimento do mutuário, resultando no vencimento antecipado da dívida com a morte.

Portanto, a morte do consignante não anula a obrigação do empréstimo, pois a herança responde pela dívida, dentro de seus limites.

O advogado Raphael Coelho explica que há operações de crédito que são efetivadas com seguro embutido para quitar a dívida em caso de morte, mas que no caso julgado pelo TRF-1, o entendimento foi de que aquele tipo de empréstimo consignado não teria este seguro. Ele detalha que, neste caso, a herança do falecido deve ser utilizado para quitar os valores devidos.

"Quando alguém falece, todas as dívidas devem ser suportadas pelo espólio, que é o conjunto de bens deixados pelo falecido. Normalmente você paga as dívidas com os recursos que estiverem no espólio, e o que sobrar do espólio você vai dividir conforme prevê a lei".

O advogado Sandro Rizzatto destaca que dos cerca de 30 milhões de idosos no País, em torno de 12 milhões têm algum tipo de empréstimo consignado. No Estado, esse número seria em torno de 200 mil.

Rizzatto explica que, na hipótese do falecido não ter deixado bens para quitar a dívida, os herdeiros não receberão nada, mas também não serão responsabilizados por pagar as dívidas do falecido.

Neste caso, a dívida fica sem ser paga e o credor, no caso o banco, vai ter de arcar com o prejuízo.

O advogado Luiz Kignel afirma que, caso alguém morra e deixe para os herdeiros um só imóvel, e se esse imóvel for o único local que a pessoa tem para morar, ele não poderá ser usado para quitar as dívidas. Ou seja, o bem se torna impenhorável.

DINHEIRO do consignado do **INSS**: cerca de 200 mil aposentados no Espírito Santo têm algum tipo de consignado

INSS dá prazo para ajuste em contratos de cartão

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) estabeleceu novos prazos para que as instituições financeiras ajustem os contratos e passem a igualar as condições de oferta das modalidades cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício aos aposentados e pensionistas.

A medida, publicada no Diário Oficial da União de ontem, altera a contagem de prazos estabelecida em norma publicada em novembro de 2023.

As duas modalidades de crédito consignado, ou seja, que são pagos com desconto diretamente na fonte de renda, foram criadas em 2022 por meio de um decreto presidencial, regulamentado por norma do **INSS** no mês de novembro daquele ano.

Ambos funcionam como cartão de crédito tradicional, a diferença é que o cartão consignado de benefício opera como clube de vantagens para financiamento de bens, contratação de serviços e saques específicos, conforme o contrato.

Na época da regulamentação foram estabelecidos limites aos contratos da modalidade cartão consignado de benefício, como ausência de crédito rotativo e o máximo de 84 parcelas mensais de mesmo valor, que só podem ter acrescidas as taxas de juros preestabelecidas na contratação. Para o cartão de crédito consignado não havia essas limitações, podendo o contrato definir qualquer condição.

CARTÃO consignado: benefício

Legislação não prevê limite de idade para obter crédito

Apesar da decisão do TRF-1 indicar maior segurança para os bancos que oferecerem empréstimo consignado, a idade do idoso que solicita o empréstimo ainda é um fator levado em consideração pelas instituições.

A legislação não prevê limites de idade para conseguir um empréstimo consignado, mas cada banco tem regras próprias e o risco do idoso não ter espólio, causando a impossibilidade do pagamento da dívida, também é um fator considerada

"É comum que os bancos adotem políticas internas que estabeleçam limites baseados na idade do contratante, pois será avaliada a capacidade que possui em devolver os valores que foram emprestados", explicou o presidente da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Espírito Santo (OAB-ES), Valber Cereza.

A reportagem procurou a Caixa Econômica Federal, Santander, Bradesco, Banco do Brasil e Itaú para saber as condições. O Banco do Brasil disse ofertar crédito conforme as legislações vigentes, mas não informou se há limitação de idade para obtenção de crédito consignado, e as outras instituições não retornaram até o fechamento desta edição.

Em entrevista ao Portal Terra, a supervisora de Normas e Regulamentações da GFT Credmais, Natália Feitosa, explica que na maioria dos bancos, o limite de idade para contratação do empréstimo consignado **INSS** é de 80 anos.

"As instituições bancárias estabelecem esse teto de idade devido a alta probabilidade de inadimplência", complementa a especialista

Apesar da possibilidade, são poucos os bancos que autorizam os empréstimos consignados para idosos com mais de 80 anos e, devido às medidas operacionais e aos seus regulamentos, a modalidade pode sofrer algumas alterações.

ENTENDA

Imóvel único não pode ser tomado

Espólio para dívidas

O TERMO JURÍDICO referente a direitos e deveres de um morto é espólio, que inclui tanto os bens -como imóveis e veículos. por exemplo-. quanto dívidas. O dinheiro para quitar os débitos vem do patrimônio deixado para os herdeiros. Os parentes pagam a dívida se houver herança. Se não houver nenhum

bem. a dívida não é paga por ninguém.

E se o valor dos bens for igual ao valor das dívidas?

SE OS VALORES positivos e negativos do patrimônio foram exatamente iguais, não haverá herança a receber. Todo o patrimônio será utilizada para pagar os credores.

Mas e se a pessoa só deixar dívidas?

OS HERDEIROS continuarão sem a obrigação de pagar qualquer débito com recursos próprios. Se a pessoa que morrer não tiver nenhum bem para honrar suas dívidas, quem arcará

com os prejuízos serão os credores.

"AS DÍVIDAS SÓ são transmitidas aos herdeiros até o valor dos bens deixados". declara Carlos Eduardo Guerra. professor de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Impenhorável

CASO ALGUÉM MORRA e deixe para os herdeiros um só imóvel, e se esse imóvel for o único local que a pessoa tem para morar, ele não poderá ser usado para quitar as dívidas. Ou seja, o bem se torna impenhorável.

Sem limite de idade

A LEGISLAÇÃO não prevê limites de idade para conseguir um empréstimo consignado, mas cada banco tem regras próprias e o risco da idoso não ter espólio, causando a impossibilidade do pagamento da dívida, também é um fator considerado.

Fonte: Uol. Febraban e especialistas citados na reportagem.

Peritos reclamam de postura do governo

A perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social realizou uma paralisação na última quarta-feira. Eles reclamam da falta de retomo do governo sobre suas demandas, que incluem reajuste salarial de 23%.

"Caso o Governo mantenha sua inércia e descaso em relação às reivindicações, a categoria cogita continuar com as paralisações e, até mesmo, instaurar um movimento paredista por tempo indeterminado". afirmou o presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da **Previdência Social**. Luiz Carlos de Teive e Argolo.

INSS atualiza margens do empréstimo consignado

Leticia Lopes leticia.lopes@extra.inf.br

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) atualizou as margens consignáveis de aposentadorias e pensões, que agora podem ser consultados no Meu **INSS**. O valor varia de acordo com o benefício previdenciário do segurado, e delimita qual fatia da renda mensal pode ser comprometida com operações de crédito com desconto em folha.

A correção dos valores acontece após o teto dos juros cobrados nas operações consignadas a segurados do **INSS** cair de 1,80% para 1,76% ao mês. A medida foi aprovada no dia 11 pelo Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS). Para operações nas modalidades de cartão de crédito e cartão consignado de benefícios, a taxa máxima de juros foi ajustada de 2,67% para 2,61%, também ao mês.

Pelas regras atuais, aposentados e pensionistas podem utilizar até 45% do benefício mensal para o pagamento de operações com desconto em folha. Esse percentual é dividido da seguinte forma: 35% para empréstimo pessoal consignado; 5% para o cartão de crédito consignado; e 5% para o cartão consignado de benefício.

Desta forma, com a correção do piso nacional, quem recebe benefício de um salário mínimo, por exemplo, podia, até 2023, comprometer até R\$ 462 dos R\$ 1.320 com crédito consignado.

Agora, a fatia sobe para R\$ 494,20 com o reajuste do piso para R\$ 1.412.

Em outubro do ano passado, as taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras nas operações consignadas para segurados do **INSS** passaram a ser liberadas para consulta no site e no aplicativo Meu **INSS**.

SAIBA MAIS

SAIBA QUANTO VOCÊ PODE PEGAR DE EMPRÉSTIMO É possível fazer a consulta sobre o valor disponível no site ou no app Meu **INSS**. Ao logar, informe seu CPF e senha. Caso seja preciso, informe o seu e-mail para receber o código de validação. Após logar, selecione a opção "Serviços em Destaque" e depois, "Extrato de Empréstimo". A tela seguinte vai

exibir todas as informações do benefício e da sua margem consignável.

Caso queira imprimir os dados, clique em "Baixada PDF".

.....

PASSO A PASSO PARA CONSULTAR OS JUROS - Acesse o aplicativo ou site Meu **INSS**.

- Já logado, vá na lupa de busca e digite "Taxas de Empréstimo Consignado".

- Na sequência, será aberta uma página com a lista de bancos e os juros praticados por cada um deles.

- Para conferir as informações de mais bancos, vá até a parte de baixo da página e clique em "Ver mais".

- Outra opção é buscar pela instituição que o segurado quer pesquisar no alto da página, no campo "Pesquise por instituição".

.....

QUANTOS EMPRÉSTIMOS POSSO PEGAR?

O segurado pode fazer até nove empréstimos, de acordo com o **INSS**. No caso do cartão, é permitida apenas uma contratação.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Justiça impede Receita de fazer cobrança retroativa de CSLL

Marcela Villar De São Paulo

A Vogei, do grupo Algar Telecom, obteve liminar que impede a **Receita Federal** de exigir R\$ 32 milhões de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A decisão é da juíza Raquel Fernandez Perrini, da 4ª Vara Cível Federal de São Paulo. Ela entendeu que, no caso, não pode haver cobrança retroativa com base no julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), de 2023, que permitiu a "quebra" de sentença definitiva - também chamada de coisa julgada.

O caso é peculiar. A empresa havia conseguido duas sentenças contra o pagamento de CSLL. Uma foi obtida no ano de 1992 (processo nº 015/V/89/UDI). A outra em 2014 (processo nº 2001.38.03.003313-8), sete anos após o STF definir que a contribuição, criada em 1988, é constitucional (ADI 15). Como uma das decisões é posterior ao julgamento de 2007, a juíza entendeu que a empresa só deveria voltar a ser tributada a partir de 2023.

No julgamento do ano passado, os ministros definiram que sentenças tributárias dadas como definitivas deixam de ter efeito sem- pre que houver um julgamento posterior na Corte em sentido contrário (RE 955227 e RE 949297). Na prática, segundo especialistas, a decisão autorizou a Receita a fazer cobranças retroativas - o que ainda é discutido no Supremo.

No caso da Vogei, o órgão federal não lavrou auto de infração fiscal, mas chegou a enviar um **comunicado** à companhia alegando inconsistências no pagamento. A notificação motivou a empresa a entrar com uma terceira ação judicial sobre o tema, de forma preventiva. Isso porque a **Receita Federal** poderia fazer a cobrança do tributo não pago dos últimos cinco anos- nesse período, o Fisco está autorizado a recuperar **impostos** sem procedimento fiscal aberto.

"Só uma decisão em controle concentrado é que pode mudar a coisa julgada individual ou uma decisão como a de 2023 do Supremo, em repercussão geral, teria o condão de alterar o que foi decidido em 2014", afirma Daniela Silveira Lara, sócia do escritório Rolim, Goulart, Cardoso Advogados, que atua no caso.

Segundo ela, o cliente foi conservador e teve o direito assegurado duas vezes. "Depois do julgamento da ADI

15, surgiu a dúvida se a coisa julgada de 1992 se sobrepõe a qualquer decisão posterior, porque a coisa julgada é como se fosse lei para a parte. E o Judiciário entendeu que prevalece a decisão. Então, a empresa ficou tranquila", diz Daniela.

Nesse intervalo, houve outro precedente favorável aos contribuintes contra o pagamento de CSLL - um julgamento do ano de 2011 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso repetitivo. Além disso, o Supremo chegou a entender que a matéria era infra-constitucional, ou seja, quem teria a última palavra seria, de fato, o STJ.

Depois disso, mudou-se o entendimento e o Supremo considerou a CSLL constitucional. "Não há nada que garanta mais a segurança jurídica do que a coisa julgada. Mas prevaleceu o princípio da isonomia", afirma Daniela sobre o julgamento da coisa julgada no STF. "A decisão é justa. De 2023 para frente, não se discute a cobrança", acrescenta.

A juíza federal Raquel Fernandez Perrini deu a liminar para evitar que se atingisse o "direito individual que já estava incorporado ao patrimônio jurídico" da empresa. "Razoável, assim, que os efeitos prospectivos do julgamento operem apenas após a publicação da ata de julgamento dos Temas 881 e 885 (13 de fevereiro de 2023), ocasião em que a impetrante teve ciência de que deve pagar a CSLL", diz (processo nº 5034507-07.2023.4.03.6100).

Para tributaristas, poucas empresas devem ter situação parecida. "A juíza não afrontou os Temas 881 e 885, ela fez a adequação do caso concreto no que foi decidido pelo Supremo, já que o contribuinte tem um trânsito em julgado posterior. É razoável o entendimento sustentado", diz o advogado Renato Silveira, sócio do Machado Associados.

Ele indica, porém, que ainda é preciso aguardar o julgamento dos embargos de declaração nesses temas para uma eventual modulação de efeitos, isto é, saber a partir de quando a tese será aplicada e de que maneira. Essa ação era analisada no Plenário Virtual, até um pedido de destaque do ministro Dias Toffoli, o que zera o placar. O resultado era favorável à União (6 a 3). "Não há impedimento para uma mudança de opinião dos ministros. Então é possível que tenha impacto no caso", afirma Silveira.

Gustavo Taparelli, sócio da Abe Advogados, entende que a decisão da Vogei é totalmente oposta à do STF, de 2023, que não chegou a analisar esse ponto em específico. "O STF não julgou a situação particular do contribuinte que detém decisão transitada em julgado posterior a 2007 para afastar a aplicação do julgamento que declarou a constitucionalidade da CSLL. Assim, não é possível assegurar, com certeza, como seria seu entendimento." A liminar obtida tampouco impede que a **Receita Federal** lavre um auto de infração para exigir a CSLL O que o órgão não pode é "seguir- com os procedimentos de cobrança, isto é, investir sobre o patrimônio do contribuinte", afirma o Thiago Cerá-volo Laguna, sócio do Dib, Almeida, Laguna e Manssur. Segundo ele, a liminar afasta inclusive a exigência de multa sobre o valor que deixou de ser pago em decorrência da decisão transitada em julgado.

O valor de R\$ 32 milhões é o estimado no processo. A empresa chegou a provisionar R\$ 24,3 milhões sobre o tema, após o julgamento de 2023 do STF, segundo publicado no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) do quarto trimestre de 2022. Por meio de nota, a Algar Telecom disse que "não comenta sobre decisões, sobre valores de causas judiciais, ou projeções futuras".

Procurada pelo Valor, a **Receita Federal** informou que "não se manifesta sobre decisões judiciais". A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento desta edição.

"O cliente foi conservador e teve o direito assegurado duas vezes" Daniela S. Lara

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187774>

Cartão consignado do INSS

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) estabeleceu novos prazos para que as instituições financeiras ajustem os contratos e passem a igualar as condições de oferta das modalidades cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício aos aposentados e pensionistas. A medida, publicada no Diário Oficial da União de ontem, altera a contagem de prazos estabelecida em norma publicada em novembro de 2023., informa a Agência Brasil. As duas modalidades de crédito consignado, ou seja, que são pagos com desconto diretamente na fonte de renda, foram criadas em 2022 por meio de um decreto presidencial, regulamentado por norma do **INSS** no mês de novembro daquele ano. Ambos funcionam como cartão de crédito tradicional, a diferença é que o cartão consignado de benefício opera como clube de vantagens para financiamento de bens, contratação de serviços e saques específicos, conforme o contrato. Na época da regulamentação foram estabelecidos limites aos contratos da modalidade cartão consignado de benefício, como ausência de crédito rotativo e o máximo de 84 parcelas mensais de mesmo valor, que só podem ter acrescidas as taxas de juros preestabelecidas na contratação.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impressa/>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 7

Publicado em 26/01/2024 - 07:00
Agência Brasil - Brasília
Atualizado em 26/01/2024 - 07:00

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta sexta-feira (26) a parcela de janeiro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 7.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 685,61. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 21,12 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,48 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até 6 meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 anos a 18 anos de idade e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos de idade.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos 10 dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 3,7 milhões de famílias foram canceladas do programa em 2023

por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 2,85 milhões de famílias foram incluídas no programa no ano passado. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,4 milhões de famílias estão na regra de proteção em janeiro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até 2 anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 373,07.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em fevereiro.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-01/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-7>

As projeções econômicas "equivocadas" de 2023 (Artigo)

FERNANDO FERRARI FILHO, Economista

Após as eleições presidenciais de 2022, em que o país saiu politicamente dividido, entidades empresariais e analistas econômicos projetavam o colapso da economia brasileira no primeiro ano do terceiro governo de Lula. Mais especificamente, as projeções econômicas previam que o **PIB** cresceria ao redor de 0,8%, o IPCA fecharia o ano próximo a 6,0%, a taxa de desemprego, em dezembro, estaria em 9,0%, o câmbio encerraria o ano a R\$ 5,5/US\$ 1,00 e o superávit comercial não seria superior aos US\$ 60 bilhões.

Passados 12 meses, os referidos indicadores em 2023 foram os seguintes: o **PIB** acumulado em quatro trimestres, tendo como referência o terceiro trimestre do ano, cresceu 3,1%, o IPCA foi de 4,62%, a taxa de desemprego trimestral - período setembro-novembro - foi de 7,5%, a taxa de câmbio fechou em R\$ 4,85/US\$ 1,00 e a balança comercial atingiu o maior superávit na série histórica, quase US\$ 100,0 bilhões.

Enfim, os resultados econômicos contrariaram as projeções econômicas pessimistas.

Ademais, se não bastassem os "equivocos" das projeções econômicas, o governo conseguiu a aprovação no Congresso Nacional, mesmo sendo minoria, tanto do "arcabouço fiscal", que assegura a sustentabilidade intertemporal da dívida pública, quanto da **reforma tributária**. Como consequência, não somente os agentes econômicos passaram a ser mais otimistas com os rumos econômicos do país, mas, principalmente, algumas agências internacionais de rating elevaram o risco de crédito do Brasil, tomando-o, assim, mais próximo da obtenção do "grau de investimento".

Diante dos "equivocos" das projeções pretéritas, o que esperar para 2024? Por mais que o futuro seja condicionado por incertezas radicais, é importante mencionar que projeções econômicas baseadas na racionalidade teórico-empírica, e não no "achômetro" e/ou no viés político-ideológico, são mais críveis e, portanto, tendem a errar menos, pois, em passant, economia, antes de tudo, é uma ciência.

FERNANDO FERRARI FILHO, Economista

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240126&edicao=29758>

Reforma tributária: só incertezas (Artigo)

IVONE MARIA SILVA

Com a conclusão da votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) 45/2019, que estabelece a **reforma tributária**, confirmaram-se os temores que se tinha de que seriam prejudicados os Estados que se valiam do regime de incentivos fiscais para atrair empresas que pudessem criar empregos e desenvolver a economia regional. A partir da reforma, apenas montadoras instaladas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste poderão seguir acessando os incentivos fiscais dos regimes automotivos até 2032, embora o prazo de vigência fosse 2025.

As montadoras beneficiadas argumentaram com o poder público que os incentivos fiscais seriam necessários para a manutenção dos empregos, já que os benefícios são fundamentais para que mantenham sua operação em equilíbrio.

Nada contra esse argumento. Pelo contrário. Acontece que por essa necessidade também passam empresas de outros segmentos que investiram em Estados daquelas regiões. E que agora, em função de uma **reforma tributária** que levou 30 anos para sair do papel, terão de enfrentar muitas dificuldades para sobreviver. Aliás, as montadoras instaladas no eixo Sul-Sudeste já reclamaram da "concorrência desigual" que terão de enfrentar e anunciaram que pretendem rever os investimentos que iriam fazer.

Com recursos federais, a PEC 45 criou dois fundos: um para pagar até 2032 pelas isenções fiscais do ICMS concedidas no âmbito da chamada "guerra fiscal" entre os Estados, e outro para reduzir desigualdades regionais, que, a rigor, irá beneficiar apenas as empresas que se beneficiavam do regime de incentivos automotivos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Como se sabe, o principal efeito da aprovação é a unificação, a partir de 2033, de cinco **tributos** - ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins - em uma cobrança única, que será dividida entre os níveis federal, com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e estadual/municipal, com o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A CBS será completamente instituída a partir de 2027, mas em 2026 haverá um período de teste em que a sua alíquota será de 1%, já incluída a alíquota da CBS.

O IBS só será definitivamente implementado em 2033, após período de seis anos em que conviverá com o

ICMS e ISS, que serão substituídos de modo progressivo. Com a reforma, os Estados deixarão de fazer a gestão dos **tributos** arrecadados e um órgão federal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), ficará responsável pelo controle e distribuição dos recursos. Em outras palavras: os governadores terão menos poder.

A previsão do governo federal é que a alíquota final da CBS-IBS fique em torno de 27,5%, atuando como uma espécie de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que acabaria com o chamado "efeito cascata", em que um mesmo imposto é pago várias vezes durante o processo de produção ou comercialização do mesmo bem.

Se essa reforma levará o cidadão a pagar menos imposto é que não se sabe. O que parece claro é que, sem a possibilidade de instituir incentivos fiscais, os Estados menos populosos e que têm contra si a longa distância até o litoral serão prejudicados. E condenados ao subdesenvolvimento, já que, com o fim dos benefícios fiscais, todas as empresas vão querer se instalar em São Paulo.

* Economista, empresária e integrante do Conselho Regional de Economia de Goiás (Corecon-GO) e do Conselho Administrativo Tributário de Goiás (CAT-GO). E-mail: diretoria@imase.com.br

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

Isenção de IR do agronegócio dá salto

Brasília - A renda de produtores rurais que fica isenta de Imposto de Renda (IR) cresceu mais de 210% (140% acima da inflação) entre 2017 e 2022 dentro do grupo que constitui o 0,1% mais rico da população adulta brasileira.

A parcela da renda da atividade rural que ficou fora da cobrança dos impostos pela Receita Federal chegou a R\$ 101 bilhões em 2022. A fatia que corresponde à população 0,1% mais rica do país ficou com quase a metade (42%) dessa isenção.

Enquanto nesse grupo a renda rural triplicou em valores nominais no período de cinco anos, na média dos declarantes o crescimento foi de 74% (ou 32% acima da inflação), segundo o estudo do economista Sérgio Gobetti.

Os dados do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) mostram um aumento significativo da concentração no topo da pirâmide de renda do Brasil. A renda da classe média e dos mais pobres permaneceu quase estagnada em termos reais, enquanto a dos mais ricos cresceu a ritmo chinês (49% acima da inflação).

"O aumento da renda da atividade rural, junto com o aumento do volume de lucros e dividendos distribuídos pelas empresas, ajuda a explicar porque os mais ricos tiveram um crescimento de renda muito superior à maioria da população brasileira ao longo do governo Bolsonaro", explica Gobetti.

Os resultados indicam que, além de ter crescido bem acima da média da população, a renda da elite subiu mais nos estados em que, em geral, a economia é dominada pelo agronegócio, chegando a uma alta nominal de 184% no Mato Grosso no estrato social constituído pelo 0,1% mais rico.

Em Mato Grosso do Sul, a renda dessa elite cresceu 161%, no Amazonas, 141%, em Tocantins, 134% e em Goiás subiu 120%. Já em São Paulo, a renda dos super-ricos cresceu praticamente igual à média do Brasil -84% em valores nominais ou 40% em termos reais no estrato do 0,1% mais rico.

O governo vai tentar corrigir algumas das distorções que têm sustentado esse quadro nas discussões da segunda etapa da reforma tributária, que vai atingir os impostos sobre a renda e o patrimônio.

A equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem até o final de março para enviar o projeto com as

mudanças ao Congresso. A revogação da isenção tributária sobre lucros e dividendos é prioridade da pauta de reforma.

Vantagens - Na primeira fase da reforma, dos impostos sobre o consumo, a bancada do agronegócio colocou pressão nas negociações e conseguiu vantagens para as empresas do setor no novo modelo. A bancada foi uma das mais atuantes na medição de força com os representantes da indústria, que contavam com um tratamento menos favorecido para o agronegócio para que a alíquota padrão do novo imposto fosse menor.

Pesou nesse jogo de forças o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), no ano passado, puxado pelo setor agropecuário, sobretudo no primeiro trimestre de 2023, que ficou muito acima do esperado. Em defesa das exceções para o agronegócio na reforma, os parlamentares argumentaram que, a depender do resultado final, o crescimento da economia poderia ficar comprometido.

Nessa segunda fase, a expectativa é que o setor agropecuário aumente a pressão, como já fez nas negociações do projeto da reforma do IR durante o governo Bolsonaro. O projeto foi aprovado pela Câmara com ampla maioria, mas depois ficou na geladeira no Senado. A ideia do governo Lula é enviar um novo texto.

Os relatórios da Receita Federal que serviram de base para o estudo de Gobetti, que é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), também mostram que os produtores rurais são a atividade que, nos últimos anos, obteve o maior nível de isenção entre os declarantes do IRPF.

Para o economista, os dados da renda mostram que essas distorções precisam ser revistas urgentemente.

Em 2022, 460 mil pessoas declararam possuir como ocupação principal a produção agropecuária e conseguiram que 69,3% de suas rendas ficassem isentas. (Adriana Fernandes/Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

Isenção de IR para elite rural triplica em 5 anos, diz estudo

BRASÍLIA

A renda de produtores rurais que fica isenta de Imposto de Renda cresceu mais de 210% (140% acima da **inflação**) entre 2017 e 2022 dentro do grupo que constitui o 0,1% mais rico da população adulta brasileira.

A parcela da renda da atividade rural que ficou fora da cobrança dos **impostos** pela **Receita Federal** chegou a R\$ 101 bilhões em 2022. A fatia que corresponde à população 0,1% mais rica do País ficou com 42% dessa isenção.

Enquanto nesse grupo a renda rural triplicou em valores nominais no período de cinco anos, na média dos declarantes o crescimento foi de 74% (ou 32% acima da **inflação**), segundo o estudo do economista Sérgio Gobetti.

Os dados do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) mostram um aumento significativo da concentração no topo da pirâmide de renda do Brasil. A renda da classe média e dos mais pobres permaneceu quase estagnada em termos reais, enquanto a dos mais ricos cresceu.

"O aumento da renda da atividade rural, junto com o aumento do volume de lucros e dividendos distribuídos pelas empresas, ajuda a explicar porque os mais ricos tiveram um crescimento de renda alto", explica Gobetti.

Os resultados indicam que, além de ter crescido acima da média da população, a renda da elite subiu mais nos estados em que a economia é dominada pelo agronegócio.

Brasil gasta 1,6% do PIB com tribunais, maior despesa entre 53 países

RENAN MONTEIRO renan.monteiro@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O gasto público com tribunais do Poder Judiciário, incluindo salários de magistrados e servidores, consome o equivalente a 1,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**), a maior parcela entre 53 países analisados pelo Tesouro Nacional, de acordo com estudo técnico do órgão.

O levantamento com 53 países considera dados de 2021. A média das diferentes economias analisadas é de 0,4% do **PIB** de custo com o Judiciário.

Em 2022, o setor público gastou R\$ 159,7 bilhões com tribunais estaduais e regionais, Ministério Público, Supremo Tribunal Federal (STF) e outros, de acordo com o Tesouro. Em 2022, a despesa do Brasil com esse setor também ficou em 1,6% do **PIB**.

Já a média de gastos nos países avançados é de 0,3% do **PIB**, ficando em 0,5% nos emergentes. Além do Brasil, só Costa Rica e El Salvador têm despesas acima de 1% do **PIB** nesta área.

Em 2022, do total de R\$ 159,7 bilhões gastos com o setor no Brasil, cerca de 83% foram para a renumeração dos funcionários (com salários e contribuições sociais).

POLÍCIAS GASTARAM MENOS Ao se detalhar os gastos dos tribunais de Justiça (o levantamento considera também os Ministérios Públicos estaduais e Federal) foram R\$ 63,7 bilhões do governo federal; R\$ 92,1 bilhões dos governos estaduais; e R\$ 3,86 bilhões dos municipais.

Em outra comparação, a despesa com tribunais representou em 2022 mais de 50% de todo o montante destinado à segurança pública, de R\$ 310,8 bilhões.

Os serviços da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, entre outros, somaram R\$ 114 bilhões em despesas naquele ano. Outros grupos incluem serviços de proteção contra incêndios e o gasto com estabelecimentos prisionais. De 2010 a 2022, o total gasto na área de segurança varia de 2,9% a 3,5% do **PIB**.

"O governo geral brasileiro também supera

consideravelmente a média internacional na função Ordem pública e segurança, devido principalmente à despesa com tribunais de Justiça", afirma o relatório do Tesouro Nacional.

REFORMA ADMINISTRATIVA Os dados são divulgados no momento em que o governo discute uma Reforma Administrativa concentrada na melhora do serviço público e não necessariamente no corte de gastos.

O Congresso, por outro lado, trabalha pela votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) 32/2020, que prevê uma ampla reforma no funcionalismo. A PEC foi apresentada na gestão de Jair Bolsonaro. O governo Lula critica o projeto porque há uma premissa "punitiva" aos servidores e previsão de perda de estabilidade das carreiras, segundo integrantes do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), comandado por Esther Dweck.

O governo defende a aprovação de um projeto de lei para evitar ganhos salariais acima do teto constitucional, que é o salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, em entrevista ao programa "Roda Viva", da TV Cultura, que a agenda de corte de gastos defendida como complementar às medidas arrecadatórias tem que começar pelo "andar de cima" e envolver os três Poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Crescimento da economia dos EUA fica acima do previsto

A economia americana cresceu 3,1% no ano passado, de acordo com o Wall Street Journal e o New York Times. O resultado superou o de 2022, de pouco menos de 1%, e a média dos cinco anos pré-pandemia, segundo o NYT. Pela taxa anualizada, método usado pelo governo americano e diferente do utilizado pelo IBGE, o crescimento foi de 2,5%, contra 1,9% em 2022.

A economista-chefe da KPMG, Diane Swonk, considerou o resultado "espantoso e espetacular." No quarto trimestre, o Produto Interno Bruto (**PIB**) dos Estados Unidos avançou 3,3%, uma desaceleração frente aos 4,9% dos três meses anteriores. Mesmo assim, o resultado superou as estimativas dos analistas, de 2%, o que reforça a resiliência da atividade econômica do país.

OLHO NO FED O presidente Joe Biden, que busca a reeleição este ano, comemorou os dados do PIB. "Salários, riqueza e emprego estão maiores agora do que antes da pandemia", disse em **comunicado**. "São boas notícias para as famílias e os trabalhadores americanos." -É difícil imaginar um cenário melhor para um pouso suave -disse ao NYT Brian Rose, economista sênior do UBS. -A maioria das pessoas não imaginava a combinação de crescimento e **inflação** que tivemos. Crescimento forte, desemprego baixo e **inflação** caindo rapidamente, nem os otimistas esperavam tanto.

O consumo das famílias subiu 2,8% nos últimos três meses do ano, em um cenário de **inflação** mais baixa e mercado de trabalho aquecido. No mesmo período de 2022, o crescimento havia sido de 1,2%. No terceiro trimestre de 2023, porém, o consumo das famílias havia avançado 3,1%, pela taxa anualizada.

O quadro traz um desafio para o Federal Reserve (Fed, o banco central americano), que manteve os juros elevados -entre 5,25% e 5,5%, o maior patamar em mais de 20 anos -para conter a expansão do consumo e a possibilidade de nova alta nos preços. A **inflação** em dezembro ficou em 3,4%, no acumulado em 12 meses, bem longe do pico de 9,1% registrado em julho de 2022, graças ao aperto monetário promovido pelo Fed.

A confiança de consumidores e empresas também vem se recuperando. Ben Herzon, economista da S P

Global Market Intelligence, disse ao NYT que o temor de uma recessão ficou para trás e que os empresários estão fazendo planos para crescer.

Já Eliza Winger, da Bloomberg Economics, afirmou em nota que o **PIB** "pode desacelerar significativamente no primeiro semestre de 2024, devido ao rápido resfriamento no mercado de trabalho e a preocupações sobre a disponibilidade de crédito e sobre a demanda dos consumidores." Na semana que vem, o BC americano se reúne para decidir sobre a taxa. Analistas acreditam que, com o bom resultado do **PIB**, o Fed mantenha os juros no patamar atual.

Para Chris Low, economista-chefe da gestora FHN Financial, os dados do **PIB** reforçam a necessidade de cautela do Fed.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tebet: veto a emendas pode ser revisto

PEDRO RAFAEL VILELA

Agência Brasil, Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse ontem que o governo está fazendo levantamento sobre as estimativas de receitas para avaliar uma possível revisão do veto de R\$5,6 bilhões em emendas parlamentares do Orçamento deste ano.

Na última terça-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, mas vetou cerca de um terço das emendas parlamentares de comissão, um tipo de emenda coletiva designado pelas comissões temáticas do Congresso. Estavam previstos R\$ 16,7 bilhões nestas ações, mas, com o veto, a previsão caiu para R\$ 11,1 bilhões. O veto ainda pode ser derrubado pelos parlamentares.

"Nós tivemos que fazer vetos e os vetos não são simples. Eu não posso pegar uma parte da ação e da programação e cortar. Ou eu corto a linha de programação inteira ou não posso cortar. Como eu não sei os acordos do Congresso Nacional que foram feitos, aquilo que eles realmente fazem questão, nós fizemos provisoriamente um primeiro veto nas ações, nas linhas de programação, e podemos, lá para fevereiro, fazer qualquer alteração, como sempre fizemos, no momento certo", afirmou a ministra, após participar do lançamento da Agenda Transversal Ambiental do governo federal, em Brasília. O documento que sistematiza as ações do Plano Plurianual 2014/2027 na área de meio ambiente.

Tebet justificou a necessidade de corte à queda na **inflação**, que reduz a arrecadação de **tributos**, e também à estimativa de receitas após a aprovação de medidas econômicas no ano passado, que resultaram em projeções menores de arrecadação.

"Vários fatores nos levaram a este corte. Primeiro, o IPCA [Índice de Preços ao Consumidor Amplo], graças a Deus, foi menor do que o previsto. Significa menos **inflação**, comida mais barata na mesa dos brasileiros, e isso significa menos arrecadação. Nós preferimos arrecadar menos do que ter um processo inflacionário no Brasil e perder o controle", argumentou a ministra.

"Agora, nós temos que ver as ações, as medidas provisórias e os projetos de lei que nós apresentamos e o Congresso aprovou no final do ano, o que isso significa em receita real. Aquilo tinha estimativa de

receita a depender de como o Congresso aprovasse. O Congresso não aprovou tudo do jeito que nós queríamos, o que faz parte do jogo democrático, nem esperávamos que votariam 100%. Vamos fazer o levantamento. Ainda temos a questão da medida provisória da desoneração. Vamos chegar num meio-termo? Vamos chegar num consenso? De que forma é, quanto vai valer para 2024, quanto vai valer para 2025? Portanto, só após do carnaval eu acredito que nós vamos ter sinalização do que estamos falando de estimativa de receita para o ano de 2024", acrescentou a ministra.

Ainda segundo Tebet, no próximo Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do governo federal, que será apresentado na segunda quinzena de março, será possível ter clareza sobre o que fazer em relação a recomposição dos cortes.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_F05CDC52C6A1E6D5D2463D912EF947D165220521DFFD757DD17A29825B2C97BAD3104795DB5C0477A7D1FBAF9A6C79F7F3880408DEB264F804947F5E381C57B53B6CEE5EF29F250CE8619CFF31B1F21828BDC15101C738F8A7D47E0C16A12CD0B6D9545E3A925016DE6761B1F579B03C310329D1B10611051A83F

Veto de Lula a R\$ 5,6 bi de emenda parlamentar é provisório, diz Tebet

Fabio Murakawa e Mariana Assis

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse ontem que o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares ao Orçamento é "provisório" e sinalizou que ele será revisto em fevereiro. O veto de Lula, publicado na terça-feira no "Diário Oficial da União" com a sanção do Orçamento, irritou líderes partidários e ameaça azedar o clima entre Planalto e Congresso no início do ano legislativo.

Tebet deu razões técnicas para justificar o veto presidencial. Em entrevista coletiva, ela alegou que a **inflação** menor que o previsto reduziu a arrecadação estimada em R\$ 4,4 bilhões, o que obriga o governo a fazer cortes na Lei Orçamentária Anual (LOA), sancionada por Lula na terça-feira.

Além disso, a lei não permite que o presidente corte apenas uma parte de determinada rubrica, o que o levou a vetar todo o montante de R\$ 5,6 bilhão previstos para as chamadas emendas de comissão.

"Nós tivemos que fazer vetos, e os vetos não são simples. Eu não posso pegar uma parte da ação ou uma parte da programação e cortar. Ou eu corto a linha de programação inteira ou eu não posso cortar", afirmou. "Então, como eu não sei os acordos do Congresso Nacional que foram feitos, aquilo que eles realmente fazem questão daquilo que é da parte do Congresso, nós fizemos provisoriamente um primeiro veto nas ações, na linha de programação. E podemos lá para fevereiro fazer qualquer alteração, como sempre fizemos, no momento certo."

Em meio a sinalizações dela e de outros auxiliares de Lula de que o governo vai rever o veto, Tebet disse ainda não saber de onde o Planalto tirará os recursos para repor o valor das emendas parlamentares. Ela previu que somente em março, quando será apresentado um relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, o governo terá ideia mais precisa sobre o quanto deve arrecadar neste ano.

"Só após o Carnaval eu acredito que nós vamos ter uma sinalização do que estamos falando de estimativa de receita para o ano de 2024. E, portanto, no relatório que nós temos que apresentar na segunda quinzena de março, no primeiro relatório bimestral, nós vamos

ter com clareza o que nós podemos fazer", afirmou.

De acordo com a ministra, porém, isso não significa que o governo não enviará antes de fevereiro ao Legislativo um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) para alterar o veto de Lula à lei orçamentária.

Segundo o Valor apurou, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) participa de negociações com o Planalto para revisar corte feito por Lula nas emendas. Interlocutores do presidente afirmam que Lira ficou irritado com o veto e temem a derrubada do veto quando o Congresso retornar do recesso, em fevereiro.

As emendas são um instrumento colocado pelo Congresso na LOA a fim de que os parlamentares possam enviar recursos diretamente para as suas bases. Nos últimos anos, o valor das emendas vem crescendo, aumentando o controle de deputados e senadores sobre o Orçamento e deixando o governo com cada vez menos verbas para executar seus projetos e As emendas de comissão, ou RP8, são direcionadas diretamente pelas comissões permanentes da Câmara e do Senado. Mas não são im-positivas, ou seja, não têm execução obrigatória.

"Nós tivemos que fazer vetos, e os vetos não são simples" Simone Tebet

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187774>

Aldonin descarta risco fiscal e diz que política industrial pode superar R\$ 300 bi

Estevão Taiar e Andrea Jubé

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin (PSB), afirmou em entrevista exclusiva ao Valor que a nova política industrial poderá ter até mais do que os R\$ 300 bilhões previstos inicialmente. Contrariado com as críticas de que o plano Nova Indústria Brasil (NIB) colocaria em xeque o equilíbrio das contas públicas, ele desafiou: "Ninguém tem mais compromisso com a responsabilidade fiscal do que eu".

O titular do Mdic observou que o programa contempla cerca de R\$ 75 bilhões por ano para a revitalização da indústria. "Se puder crescer, ótimo", ponderou, em tom de otimismo. Mas ele ressaltou que o plano não terá custos fiscais além dos que já estavam previstos no Orçamento. Mesmo que o programa seja expandido, o governo federal não realizará aportes no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na segunda-feira (22), quando o plano foi anunciado, o mercado reagiu mal. O temor era de que as medidas levassem a uma piora das contas públicas, repetindo o que ocorreu entre meados do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) até o fim do mandato de Dilma Rousseff(PT).

Outro temor de diversos economistas - a possível interferência da nova política industrial no ciclo de cortes da taxa básica de juros, a Selic-também foi rechaçado pelo vice-presidente. "Queremos que os juros sejam mais baratos para todo mundo", assegurou.

Alckmin citou como exemplo de "medida inteligente" e que "não tem dinheiro público" o financiamento para exportações realizado em dólar pelo BNDES. Ele ponderou, todavia, que é necessário "ter cautela" na condução da NIB, ao comentar afirmação do presidente do banco de fomento, Aloizio Mercadante, de que o Brasil precisa "voltar a produzir navios".

Dos anos 50 até hoje, o governo brasileiro tentou pelo menos três vezes expandir a indústria da construção naval, sem sucesso. "Política industrial precisa ser calibrada", alertou o vice-presidente, ainda a propósito das declarações de Mercadante, e do risco de setores

específicos pressionarem para serem beneficiados pelas novas regras.

Alckmin ainda afirmou que a política de conteúdo local "está rigorosamente dentro" das normas Organização Mundial do Comércio (OMC) e que as patentes dos projetos de inovação precisarão ser registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi). "Haverá acompanhamento de todas as fases do projeto e sanções [em caso de descumprimento]", disse.

Alckmin também minimizou a divisão da base governista em São Paulo (capital), onde ele fará campanha para eleger Tabata Amaral (PSB) para a prefeitura, enquanto Lula caminhará com Guilherme Boulos (Psol), e disse que, onde for possível, caminharão juntos.

Ele relativizou sua exclusão do núcleo de conselheiros mais próximos do presidente, formado por ministros petistas, afirmou que é chamado com frequência por Lula para aconselhamentos e reuniões, e que seu papel é ajudar. "Quem tem de estar na ribalta é o titular." A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: A nova política industrial tem metas ousadas para dez anos. Mas o que será possível entregar ao menos até 2026?

Geraldo Alckmin: Temos duas tarefas urgentes. Uma é estancar a desindustrialização. A indústria de transformação, de manufatura, vem encolhendo em relação ao **PIB** [Produto Interno Bruto]. A segunda é fortalecer a atividade industrial, que é fundamental para o país, está na vanguarda da inovação, agrega valor, paga salários melhores. É evidente que é preciso agir na macroeconomia. Há um tripé fundamental: juros, câmbio, imposto. Agora melhorou o quadro macroeconômico. Os juros ainda são altos, mas estão em queda, e os juros futuros, que são os mais importantes, também estão em queda. Um câmbio de R\$ 4,90 é competitivo.

Valor: A **reforma tributária** vai fazer diferença?

Alckmin: Ela vai desonerar completamente os investimentos e a exportação, acabar com a cumulatividade. Eu diria que o quadro

macroeconômico é muito melhor.

Valor: Mas a que o senhor atribui, no dia da divulgação da NIB, a queda da bolsa de valores?

Alckmin: À desinformação. Tanto que ontem [quarta-feira] nós fizemos uma rodada de explicações, e a bolsa subiu, o câmbio caiu. O plano foi interpretado como uma proposta gastadora, e não é. Ele não tem nenhum problema de natureza fiscal, o foco não é esse. O BNDES não vai distribuir dinheiro por TJLP [Taxa de Juros de Longo Prazo, usada até 2017], subsidiado pelo governo, por equalização de tarifas, não existe isso. O governo não fará nenhum aporte de dinheiro ao BNDES. O banco não vai comprar ações de empresas. Nós conseguimos equacionar bem a questão do crédito para a inovação. É o único caso em que haverá TR [Taxa Referencial, subsidiada].

Valor: Quais as contrapartidas a esses projetos de inovação?

Alckmin: Quando a Finep [Financiadora de Estudos e Projetos, que também faz parte da NIB] abrir um edital para projetos inovadores, também será necessário recurso privado. Além disso, a patente precisará ser registrada no Brasil, no Inpi. Haverá acompanhamento de todas as fases do projeto e sanções [em caso de descumprimento]. É um trabalho bem feito. É muito difícil alguém tomar dinheiro emprestado a juros de 18% ao ano para fazer pesquisa.

Valor: O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, afirmou que os R\$ 300 bilhões eram "só um piso". Esse montante pode eventualmente crescer?

Alckmin: Pode. Esses R\$ 300 bilhões são em quatro anos. Estamos falando de R\$ 75 bilhões por ano. Se puder crescer, ótimo.

Valor: Em que condições esse montante poderia subir? Há espaço para isso?

Alckmin: O BNDES trabalha com o mercado. Houve uma medida inteligente do BNDES e que não tem dinheiro público. A empresa exporta, então recebe em dólar. Por isso, posso financiá-la em dólar. Com isso, os juros vêm para 6% ao ano. No mercado interno não posso financiar em dólar, porque amanhã a moeda pode desvalorizar, e a dívida cresce. Mas, se a empresa recebe em dólar, o câmbio pode subir, baixar, subir e baixar que não muda nada. A empresa que exporta está "hedgeada". Qual é a preocupação que eu vejo? É não ter dinheiro público que onere o fiscal para fazer estímulos para segmentos, setores. Nós estamos fazendo políticas horizontais. Não tem setor A, B, C ou D. É inovação, descarbonização, produtividade, exportação.

Valor: Além da questão fiscal, outro assunto que tem gerado preocupação é a possibilidade de aumento do crédito subsidiado, e isso de alguma maneira atrapalhar a condução da política monetária. Existe esse risco?

Alckmin: Não existe. Vou repetir: não haverá aporte do Tesouro no BNDES, e só haverá TR para inovação. Aquela coisa antiga da TJLP acabou. Você tem hoje TLP [taxa do BNDES próxima das taxas de mercado]. O que nós queremos é que os juros sejam mais baratos para todo mundo. Ninguém tem mais compromisso com a responsabilidade fiscal do que eu. São Paulo foi nos meus quatro mandatos [como governador] um exemplo de responsabilidade fiscal. Nós tivemos superávits altíssimos pagando a dívida rigorosamente em dia com o governo federal.

Valor: Há algum temor de que as políticas de conteúdo local da NIB esbarrem nas regras da OMC?

Alckmin: O Brasil internalizou essas regras em 2004, então está tudo rigorosamente dentro das normas comerciais. Aliás, agora em janeiro saiu uma publicação do FMI [Fundo Monetário Internacional] sobre distorções concorrenciais: subsídio, crédito, subvenção, tudo. Metade [das medidas] está na China, nos Estados Unidos e na União Europeia. Eles têm 48% [das medidas]. Então estamos sendo absolutamente cautelosos.

Valor: Essa questão da política de conteúdo local também não dificulta o acordo entre Mercosul e União Europeia?

Alckmin: Não acredito que isso seja um problema para limitar o acordo. O que nós tivemos até o ano passado foi uma postura mais cautelosa da Argentina, e também da França, que eu acho que é perfeitamente contornável.

Valor: Mercadante defendeu que o Brasil volte a construir navios. O senhor não teme que outros setores pressionem para entrar na nova política?

Alckmin: O Brasil fabrica até avião, que é muito mais complexo. Agora é necessário ter cautela. Política industrial tem que ser calibrada. Precisamos aproveitar nossas vantagens competitivas, que é onde a indústria vai crescer. Por exemplo, agroindústria. Vamos fortalecer essa cadeia, agregar valor. Em vez de soja, vamos exportar óleo combustível, combustível para aviação. Mas não podemos ser preconceituosos em relação a estímulos necessários para uma nova tecnologia. Lá atrás, energia solar e eólica eram caríssimas, tinham dificuldades. Hoje nos últimos leilões de energia solar o megawatt hora foi R\$ 150.

Na energia nuclear é R\$ 600. É hora do hidrogênio verde, da indústria se descarbonizar.

haverá TR para inovação. Aquela coisa antiga da TJLP acabou"

Valor: Na cidade de São Paulo, o senhor está apoiando Tabata Amaral na disputa para a prefeitura, e Lula está com a chapa Boulos-Mar-ta Suplicy(PT). Essa divisão não fortalece o bolsonarismo na principal disputa para Lula?

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187774>

Alckmin: Separo claramente eleição municipal, estadual e nacional. Lá atrás, o PSDB [legenda anterior de Alckmin, atualmente no PSB] sempre ganhou o governo de São Paulo, mas tinha dificuldade na capital. Na Bahia, o PT tem ganhado o governo estadual, mas tem dificuldade na capital [Salvador], O povo separa as coisas.

Valor: Lula pediu para o senhor renunciarão apoio a Tabata ou convencer o PSB a apoiar Boulos?

Alckmin: Não pediu.

Valor: Acha que vai chegar o momento em que ele fará esse pedido?

Alckmin: Sempre que podemos, trabalhamos juntos. Em Osasco [na Grande São Paulo], o PT vai ter um candidato competitivo [Emídio de Souza] e nós vamos apoiá-lo. Agora você tem um quadro multipartidário, que o tempo até vai corrigir [com a cláusula de barreira].

Valor: O senhor não participa do núcleo de conselheiros políticos do presidente no Palácio do Planalto, formado só pelos ministros do PT. Por quê?

Alckmin: Primeiro, quem ganhou a eleição presidencial foi o PT. É natural que o partido que vence a eleição tenha uma participação específica. Eu tenho um nível de participação enorme, é difícil um dia em que o presidente não me chame. Ontem [quarta] ele me chamou lá no gabinete para reunir com o [Ricardo] Lewandowski, que vai assumir o Ministério da Justiça. Já fui titular, prefeito e governador, e fui vice-governador. Quem tem de estar na ribalta é o titular, não é o vice. Nossa tarefa é trabalhar e ajudar.

Valor: Concluída a nova política industrial, qual sua próxima missão no governo?

Alckmin: Essa proposta é o início, não é o fim. Agora é trabalhar, cotidianamente, para as coisas avançarem. É um trabalho permanente, não tem como tirar coelho da cartola. É todo dia trabalhar para avançar na produtividade, competitividade, resolver gargalos, desburocratizar, resolver o custo Brasil.

"Não haverá aporte do Tesouro no BNDES, e só

BCE mantém juros em 4% e descarta corte antes de inflação na meta

Eduardo Magossi e Gabriel Caldeira De São Paulo

O Banco Central Europeu (BCE) manteve os juros inalteradas na reunião de política monetária realizada ontem, mas alertou que manterá as taxas em terreno restrito o tempo necessário para que a **inflação** volte para a meta de 2%. Com a decisão, a taxa de referência foi mantida em 4%, a taxa de refinanciamento ficou em 4,5% ao ano e a taxa de empréstimos em 4,75%. As taxas seguem inalteradas desde setembro de 2023 em níveis historicamente elevados.

A medida é reflexo da tendência decrescente da **inflação** subjacente e do fato de os aumentos anteriores dos juros continuarem a ser transmitidos vigorosamente às condições financeiras. "As condições de financiamento mais restritivas estão reduzindo a demanda por crédito, ajudando na queda da **inflação**", disse o BCE em **comunicado**.

Durante entrevista, a presidente do BCE, Christine Lagarde, mostrou preocupação com um potencial acirramento das tensões no Oriente Médio, que poderiam afetar o comércio global, elevando os preços do petróleo e impactando a **inflação**.

"O aumento do conflito seria um risco adicional para a **inflação**", disse ela, afirmando que quase todas as medidas de **inflação** subjacente vêm caindo e, caso não ocorra um novo choque, seguirão desacelerando.

A presidente do BCE afirmou que o mercado de trabalho permanece aquecido, mas dados recentes mostram uma redução na oferta de novas vagas. Além disso, as pressões dos reajustes salariais estão desacelerando.

Sobre a economia da zona do euro, Lagarde afirmou que ela deve ficar estagnada no quarto trimestre, mas voltar a crescer este ano. A presidente do BCE disse que as condições financeiras continuam restritivas, com uma queda nos empréstimos para empresas e um crescimento ínfimo nos empréstimos pessoais.

Lagarde afirmou que houve um consenso entre os dirigentes presentes na reunião de que ainda é prematuro discutir cortes nas taxas básicas de juros da zona do euro. Segundo ela, o processo de desinflação precisa avançar mais para que o BCE esteja confiante

de que a sua meta de **inflação** a 2% será atingida de forma sustentável e em tempo oportuno. "Reforçamos a nossa dependência de dados", disse.

Apesar do comentário atribuído ao consenso dos dirigentes do BCE sobre os cortes, Lagarde disse que continua bancando o que disse em Davos. No Fórum Econômico Mundial, na semana passada, Lagarde afirmou que o BCE poderia realizar cortes de juros ainda este ano, no verão europeu, em torno de julho.

A decisão do BCE de manutenção dos juros e os comentários mais otimistas sobre a **inflação** levaram os rendimentos dos títulos dos governos europeus a recuar, assim como o euro a se desvalorizar quase 0,50% ante o dólar.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187774>

Mercados renovam otimismo com cena externa

Gabriel Roca, Matheus Prado, Arthur Cagliari e Gabriel Caldeira De São Paulo

Sinais de que a economia dos Estados Unidos ainda cresce em ritmo forte e, ao mesmo tempo, a **inflação** desacelera, impulsionaram ontem uma melhora na demanda por risco dos agentes globais e a retomada das apostas por corte de juros pelo Federal Reserve (Fed) já em março. O movimento também alcançou o mercado local.

Nos EUA, a taxa da T-note de dois anos caiu de 4,398% para 4,308% e a da T-note de dez anos recuou de 4,181% para 4,126%. No Brasil, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) do DI para janeiro de 2026 recuou de 9,76% para 9,69% e a do DI para janeiro de 2027 regrediu de 9,93% para 9,83%. O dólar recuou 0,19%, para R\$ 4,9223, e o Ibovespa subiu 0,28%, aos 128.619 pontos.

Em meio às indefinições acerca da trajetória dos juros nos EUA, uma bateria de dados foi divulgada ontem e trouxe novo ânimo. O **PIB** americano cresceu 3,3% em taxa anualizada no quarto trimestre de 2023, bem acima dos 2,0% esperado por economistas.

Ainda que uma atividade mais forte seja um sinal contrário à perspectiva de mais cortes de juros, dados de **inflação** foram bem recebidos e acabaram concentrando as atenções. O índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) avançou 1,7% no quarto trimestre, enquanto seu núcleo, que exclui itens considerados voláteis, aumentou 2%.

"O deflator do núcleo do PCE, que o Fed considera a melhor medida do ritmo subjacente da **inflação** ao consumidor, aumentou a uma taxa anualizada de apenas 2,0% em uma base sequencial no quarto trimestre, o segundo trimestre consecutivo em que os preços subiram na meta de 2%", apontam economistas do Wells Fargo.

Segundo eles, as notícias favoráveis sobre a **inflação** dão ao Fed margem de manobra para iniciar um ciclo de flexibilização nos próximos meses. "Esperamos que o comitê corte as taxas em 0,25 ponto na reunião de 1º de maio, embora os dados de **inflação** mantenham vivas as esperanças do mercado de um corte nas taxas na reunião de 20 de março", afirmam.

Roberto Attuch, CEO da OHM-Research, diz que acreditava que a precificação de cortes de juros do mercado era otimista demais. "Mas os dados foram muito bons, quase apontando para um cenário de "goldilocks" [**inflação** cedendo sem grande recuo da economia] e mostrando que o mercado não estava tão errado em precificar o início do ciclo de cortes em março. Até porque demora um tempo para a mudança das condições financeiras afetar a economia", diz.

Neste ambiente, as apostas em torno de um corte de juros em março para o Federal Reserve (Fed) voltaram a se tornar majoritárias. Segundo a ferramenta CME FedWatch Tool, a probabilidade implícita de uma redução nos Fed Funds em março saltou de 41,2% na quarta-feira para 51,4% ontem.

O Ibovespa também se beneficiou da alta das ações da Petrobras, com os papéis ordinários subindo 4,64% e os preferenciais ganhando 3,70%, em dia de alta de 2,99% do petróleo Brent em Londres. Os preços foram impulsionados pela queda maior que a esperada nos estoques dos EUA e pelo acirramento das tensões no Mar Vermelho, para além da queda do dólar.

O BTG Pactual afirma em relatório que a força das ações da estatal reflete mais do que apenas o preço da commodity, mas também a confiança crescente de que a empresa será capaz de proporcionar retornos elevados em 2024 por meio de dividendos e recompras volumosas. "Permanecemos positivos e acreditamos que a ação continua a oferecer uma combinação atraente de múltiplos baratos e potencial de reavaliação", diz.

Os analistas notam que, nos últimos meses, foi criada reserva de capital para potencial retenção de lucros; o estatuto social da companhia foi revisado, retirando a proibição de indicação de pessoas politicamente expostas para a administração e conselho de administração da companhia; e um novo plano estratégico aumentou o investimento esperado e criou um "bolsão" para fusões e aquisições.

"Mas, no geral, a Petrobras continuou aumentando os preços dos combustíveis quando necessário, tem pagado dividendos conforme a sua política, já recomprou cerca de 66% das ações estipuladas no seu programa de recompra e (ainda) não fez

quaisquer investimentos inorgânicos", afirmam. "Acreditamos que o pragmatismo prevalecerá, permitindo que a empresa s gere resultados sólidos e pague dividendos substanciais, um "vento favorável" importante para as necessidades fiscais do governo." Vale ON, por sua vez, cedeu 2,20%, ampliando perdas após a condenação da empresa com BHP e Samarco, pela Justiça Federal, a pagar R\$ 47,6 bilhões de indenização por danos morais coletivos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em 2015.

Rumores de que o governo pretende emplacar o ex-ministro Guido Mantega na presidência da companhia ainda colocam investidores em modo de atenção. "Independente da opinião pessoal que qualquer um possa ter sobre o ex-ministro, é uma questão de governança. E não está ajudando os papéis da Vale", diz Attuch.

4,64% foi a alta das ações ON da Petrobras seguindo o petróleo

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187774>

Índice cai 2,4 pontos em janeiro

Da Redação

Depois de registrar o maior patamar desde 2013 em dezembro último, Índice de Confiança do Consumidor (ICC) caiu 2,4 pontos em janeiro, para 90,8 pontos, e chega ao menor nível nos últimos 8 meses. Os dados são do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Nas médias móveis trimestrais, o dado recuou pelo 4º mês consecutivo.

A economista Anna Carolina Gouveia entende que o resultado é motivado pela piora das perspectivas sobre a situação atual e das expectativas para os próximos meses.

Conforme a especialista, apesar do controle da **inflação** e da resiliência do mercado de trabalho, os juros e o endividamento em números elevados continuam a exercer pressão sobre a situação financeira e o consumo das famílias, contribuindo para a manutenção do indicador em patamar "pessimista-moderado".

Não à toa, o indicador que avalia a percepção dos consumidores sobre a situação financeira das famílias foi o que mais influenciou para a piora do ICC no mês, ao registrar queda (-5,1 pontos) pelo 2º mês seguido, para 64,4 pontos. O subíndice que mede a satisfação sobre a situação econômica recuou em 0,2 ponto, para 91,2 pontos. (JF)

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Lucro de grandes bancos deve crescer 30% no 4º trimestre

Álvaro Campos De São Paulo

A temporada de balanços dos grandes bancos brasileiros começa na próxima semana sob a expectativa de que os resultados do quarto trimestre mostrem uma melhora em relação aos três meses imediatamente anteriores e um salto em relação ao último trimestre de 2022, quando as instituições financeiras começaram a montar provisões contra o default da Americanas.

Analistas também esperam a consolidação do cenário de estabilização e até início de queda da inadimplência, o que pode incluir o segmento de pessoa física. O crédito, por sua vez, desacelerou, sob o efeito do aperto monetário, que é defasado. Porém, o foco dos investidores estará na divulgação das projeções ("guidances") dos bancos para 2024, dado o cenário de queda de juros, mas atividade mais fraca. O Santander puxa a fila das divulgações na quarta-feira.

Levantamento feito pelo Valor com sete casas mostra que Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil devem ter, juntos, lucro de R\$ 25,982 bilhões de outubro a dezembro, com alta de 4,8% em relação ao terceiro trimestre e de 30% em um ano. O salto mais expressivo deverá ser do Bradesco, que tinha a maior exposição à Americanas e decidiu provisionar 100% do crédito logo no início da crise. Apesar de o escândalo ter estourado em janeiro de 2023, os bancos registraram o impacto nos balanços do quarto trimestre de 2022, como "evento subsequente".

O lucro combinado do ano passado como um todo deve atingir R\$ 98,915 bilhões, alta de 2,8%.

Passado o período mais difícil após a pandemia, com **inflação**, juros e inadimplência subindo em 2022 e 2023, começa a se formar uma percepção de que 2024 pode ser mais positivo para os bancos. A **inflação** contida, a taxa Selic em queda e indicadores de atividade ainda positivos - embora com alguma desaceleração - sugerem um espaço maior para a retomada do crédito a partir de meados deste ano.

A projeção da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) é de expansão de 8,5% do estoque de crédito em 2024, após algo mais próximo de 6,8% em 2023 (os dados oficiais do ano passado ainda não

foram divulgados pelo Banco Central). Um fator que deve ajudar na receita de tarifas é a tão aguardada retomada dos mercados de capitais. Nesta semana, começaram a sair as primeiras emissões de bônus no exterior e as ofertas de ação também devem voltar, depois da maior seca de IPOs (ofertas iniciais de ações, na sigla em inglês) em 20 anos.

Para os analistas do J.P. Morgan, os receios com a inadimplência parecem ter ficado para trás e o foco agora deve ficar em quando o crédito poderá voltar a acelerar. "No terceiro trimestre, vimos sinais iniciais de uma inflexão na inadimplência e melhora em indicadores antecedentes de inadimplência. Com base nos dados do Banco Central, esperamos que essa tendência continue, especialmente para o segmento de varejo", afirmam em relatório. "Sobre o crescimento do crédito, BB e Itaú devem continuar liderando o movimento, e o Santander deve aumentar a originação no varejo, enquanto o Bradesco deve continuar mais fraco, embora tenha gradualmente expandido a originação em segmentos selecionados." Na visão do J.P. Morgan, a força do real pode ter exercido alguma pressão negativa sobre a expansão do crédito a grandes empresas.

O Goldman Sachs vê a qualidade dos ativos e o fortalecimento da receita de tarifas são boas notícias, apesar da tendência de margem financeira um pouco mais fraca para Itaú e BB por causa de spreads menores. Já para Bradesco e Santander, margem e tarifas devem melhorar, mas com algum aumento da alíquota efetiva de **impostos**, que vinha mais baixa que a média nos últimos trimestres.

"Prevemos uma melhoria gradual da inadimplência, com uma ligeira expansão da margem com clientes, mas as provisões ainda devem pressionar os resultados (exceto para o Itaú)", afirma o Bank of America.

A XP lembra que alguns bancos podem fazer provisões extraordinárias para eventos recentes no setor corporativo. Nos últimos meses, diversas companhias entraram com pedidos de recuperação judicial, como Gol, OSX, 123 Milhas e Southrock (operadora da Starbucks), depois dos casos vistos no começo do ano passado, como Americanas, Oi e Light. "No entanto, esperamos que esse impacto seja assimétrico, com menor efeito no Itaú e no BB, devido

ao seu dinamismo de lucros mais fortes", dizem os analistas da casa.

Mais do que nos dados do quarto trimestre de 2023 em si, todos os olhos estarão nos guidances referentes a 2024. Para BB e Itaú, a grande pergunta é se conseguirão manter o bom desempenho visto nos últimos dois anos. Diferentemente de Bradesco e Santander, eles tiveram ganhos no resultado de tesouraria com a alta da Selic, e agora que o movimento se inverteu é preciso ver qual será o impacto. Há também questões de concorrência, com mais bancos indo para a alta renda - nicho de excelência do Itaú - e uma esperada desaceleração do agronegócio, que afetaria o Banco do Brasil. O Santander não divulga projeções oficiais, mas os comentários da administração sobre o cenário macroeconômico serão acompanhados de perto, em um momento no qual o banco começa a inverter o ciclo, com melhora dos resultados.

O foco maior, no entanto, deve ser o Bradesco. O banco ainda não mostra sinais claros de recuperação e em novembro surpreendeu ao anunciar a saída de Octavio de Lazarijr. do cargo de CEO. O sucessor, Marcelo Noronha, pro meteu para fevereiro o anúncio de um novo plano estratégico.

"O Bradesco deverá atrair grande atenção, pois um dos seus principais desafios é reconstruir a confiança na sua capacidade de entrega e, ao mesmo tempo, definir um guidance animador; o recém-no-meado CEO poderá proporcionar alguma visibilidade sobre a estratégia e tendências de médio/longo prazo para as operações do banco. A projeção implícita de lucro do Bradesco deve indicar o maior crescimento entre os pares, mas isso resulta de uma base de comparação baixa", afirma o BofA.

A expectativa é que Itaú, Bradesco e BB indiquem uma expansão do crédito parecida neste ano, entre 8% e 10%, assim como na margem financeira. Já no quesito despesas com provisões, BB pode ter leve alta ante 2023, Bradesco ficaria próximo da estabilidade e Itaú registraria alguma queda.

Com lucro projetado de R\$ 9,321 bilhões - um novo recorde - o Itaú não tem muito com o que se preocupar. Pelo contrário, analistas dizem que, após o BC definir regras de capital mais suaves para o risco operacional, o banco poderia anunciar um grande dividendo extraordinário. "Esperamos mais um bom trimestre para o Itaú e um 2024 com expansão de ROE [retorno sobre o patrimônio líquido, na sigla em inglês] e aumento no "dividend payout" [dividendos]. Deve atingir uma rentabilidade (ROE) de 20,8% - consistentemente acima de seus rivais privados", apontam os analistas da Genial.

O mesmo acontece com o BB, que venceu temores do início do governo Lula e tem renovado recordes, com lucro estimado em R\$ 9,170 bilhões. "O BB foi um dos únicos bancos a entregar margem financeira e lucro acima das expectativas em 2023, e esperamos que isso continue em 2024. Prevemos expansão da margem com cliente compensando declínios da margem com mercado. [...] Esperamos também mais um ano de eficiência, apesar do crescimento de um dígito alto nas despesas, à medida que o banco aumenta os investimentos em tecnologia", diz o Itaú BBA.

O lucro de R\$ 4,647 bilhões projetado para o Bradesco mostra um salto, mas sozinho não será suficiente para animar os investidores. "Embora esperemos que a inadimplência permaneça estável no trimestre, prevemos que as provisões sejam mais fortes, dado o nível de cobertura ainda baixo do Bradesco. Esperamos mais um trimestre com receita de tarifas pressionada (alta anual de 4%), mas melhor desempenho de seguros (+10%)", diz o BofA.

No Santander, o lucro estimado de R\$ 2,844 bilhões, conforme a média das projeções) ainda é baixo, mas pode vir acompanhado de sinais mais animadores. A XP, por exemplo, espera expansão mais forte da margem financeira (10,5% em um ano) e também da receita de tarifas (4,5%), mas com alta de 0,1 ponto percentual na inadimplência. "Apesar da expectativa de melhora nos resultados do Santander, acreditamos que as ações estão precificadas", afirma a Genial.

Bradesco estará no foco, já que precisa reconquistar a confiança dos investidores e há grande expectativa como novo CEO

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187774>

Com influência da inflação e do PIB nos EUA, dólar cai pelo terceiro dia no País

São Paulo - O dólar emplacou ontem a terceira sessão consecutiva de baixa ante o real, em sintonia com a queda dos rendimentos dos Treasuries no exterior, com investidores avaliando positivamente os indicadores de **inflação** divulgados juntamente com o relatório do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos Estados Unidos no quarto trimestre de 2023.

O dólar à vista fechou o dia cotado a R\$ 4,9228 na venda, em baixa de 0,19%. Em três dias, a moeda acumulou queda de 1,30%. Em janeiro, porém, o dólar acumula elevação de 1,47%.

Na B3, às 17h26 (de Brasília), o contrato de dólar futuro de primeiro vencimento caía 0,16%, a R\$ 4,9290.

Pela manhã, o Departamento do Comércio dos Estados Unidos informou que o **PIB** no último trimestre do ano passado aumentou a uma taxa anualizada de 3,3%, bem acima da mediana das expectativas dos economistas consultados pela Reuters, de alta de 2,0%.

Ainda que o **PIB** tenha crescido acima do esperado, dados de **inflação** vinculados a ele sugeriram um cenário positivo para os índices de preços nos Estados Unidos.

O índice PCE aumentou 1,7% no quarto trimestre, ante 2,6% no terceiro trimestre. Já o deflator do **PIB** teve alta de 1,5%, abaixo dos 2,3% esperados pelo mercado, conforme pesquisa da Reuters.

Análise - "Impressionante como a economia americana está robusta, crescendo mais do que se imagina", avaliou o economista-chefe do Banco Master, Paulo Gala, em comentário enviado a clientes.

"Por outro lado, veio uma boa notícia na parte de preços, (com) o deflator implícito do **PIB** mostrando uma **inflação** mais baixa do que se imaginava, com uma alta de 1,5%. O esperado era 2,2% anualizado. No núcleo, o esperado era 2% e veio 2%", acrescentou.

Em relatório separado ontem, o Departamento do Trabalho informou que os pedidos iniciais de auxílio-desemprego aumentaram em 25 mil, para um ajuste sazonal de 214 mil, na semana encerrada em 20 de

janeiro. Os economistas previam 200 mil pedidos na última semana.

Neste cenário, os rendimentos dos Treasuries se mantiveram em baixa, o que também pesou na relação do dólar ante outras divisas, como o real.

"Os dados do quarto trimestre dos Estados Unidos trouxeram algum conforto para o mercado. A percepção de 'soft landing' (pouso suave) da economia norte-americana está ganhando força", afirmou o diretor da assessoria de câmbio FB Capital, Fernando Bergallo. "(Rendimento dos) Treasuries caindo, dólar em linha no Brasil", observou.

Neste cenário, o dólar à vista variou da máxima de R\$ 4,9426 (+0,21%) às 10h31 - numa primeira reação dos investidores aos dados robustos do **PIB** dos Estados Unidos - para a mínima de R\$ 4,9072 (-0,50%) às 12h22 - quando os números de **inflação** ligados ao **PIB** já haviam sido digeridos.

A queda das cotações ocorria no Brasil a despeito de, durante a tarde, o dólar ter recuperado a força ante as divisas fortes e em relação a boa parte das moedas de exportadores de commodities e emergentes.

Às 17h26 (de Brasília), o índice do dólar - que mede o desempenho da moeda norte-americana frente a uma cesta de seis divisas - subia 0,28%, a 103,580. Pela manhã de ontem, o Banco Central vendeu todos os 16.000 contratos de swap cambial tradicional ofertados na rolagem dos vencimentos de março.

À tarde, o BC informou que o Brasil registrou fluxo cambial total positivo de US\$ 4,846 bilhões em janeiro até o dia 19, com entradas líquidas de US\$ 2,402 bilhões pelo canal financeiro e entradas de US\$ 2,444 bilhões pela via comercial.

Apesar do feriado municipal em São Paulo, a liquidez no mercado de câmbio brasileiro pouco destoou do verificado em dias normais. No caso do dólar futuro para fevereiro, por exemplo, o mais líquido do mercado, foram negociados mais de 230 mil contratos até às 17h. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

PIB perdeu força no 4º trimestre

ECONOMIA AMERICANA

Washington - O Produto Interno Bruto (**PIB**) dos Estados Unidos cresceu 3,3% no último trimestre de 2023, de acordo com o cálculo inicial divulgado ontem pelo Departamento de Comércio do país. O resultado ficou acima do teto das estimativas de analistas consultados pelo Projeções Broadcast, que variavam de altas de 1% a 2,8%, com média de 2%. A leitura inicial, porém, mostra significativa desaceleração da economia norte-americana em relação ao trimestre imediatamente anterior, o terceiro de 2023, quando o **PIB** dos Estados Unidos teve expansão anualizada de 4,9%. Em todo o ano passado o **PIB** americano registrou avanço de 2,5%, mais que a taxa de 1,9% de 2022. O presidente Joe Biden celebrou o terceiro ano seguido de desempenho positivo em seu governo.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-022deef5f842e7b026e57398f3964a7d.pdf

PIB dos EUA surpreende, cresce forte e afasta temor de recessão

Justin Lahart

A economia dos EUA continuou a crescer no último trimestre. Será muito difícil que não faça o mesmo no atual trimestre.

O Departamento do Comércio americano informou ontem que no quarto trimestre o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu a uma taxa anualizada, ajustada pela **inflação**, de 3,3% - resultado que superou as expectativas de uma taxa respeitável de 2% dos economistas -, depois de crescer 4,9% no terceiro trimestre.

Esse número encerra um ano em que a economia contrariou as expectativas de que mergulharia na recessão. Em vez disso, o **PIB** subiu: foi 3,1% maior no quarto trimestre do que um ano antes, enquanto o ganho do quarto trimestre de 2022 foi 0,7% superior a um antes. Economistas consultados por "The Wall Street Journal" em janeiro do ano passado previam que o **PIB** do quarto trimestre de 2023 aumentaria apenas 0,2% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Resultados passados não são o melhor guia para o que está por vir, mas os detalhes do relatório de ontem sobre o **PIB** sugerem que, pelo menos por enquanto, a economia continuará a avançar.

Os gastos do consumidor-a locomotiva da economia - subiram a uma taxa anual de 2,8%. Isto indica, em linha com os números das vendas de varejo, que eles se aceleraram até o fim do trimestre. Como resultado, os gastos em dezembro foram significativamente superiores ao nível médio durante o trimestre, o que criou uma via de aceleração de fato para o primeiro trimestre. Graças a isso, parece que, mesmo se não mudarem nada em comparação com o nível de dezembro, os gastos do primeiro trimestre ainda serão 1,9% maiores, em termos anualizados, do que no quarto trimestre. O relatório sobre rendas e gastos pessoais de dezembro, que deve ser divulgado na sexta-feira, trará mais informações sobre isso.

O relatório mostrou que as despesas de capital aumentaram. O investimento das empresas com máquinas, equipamentos e estruturas cresceu a uma taxa anual de 1,9% no quarto trimestre, depois de ter subido 1,4% no terceiro. Já o investimento imobiliário

registrou um leve ganho, um reflexo de como a atividade de construção de imóveis residenciais voltou a crescer - embora esse o mercado desse setor esteja uma bagunça total. A redução do déficit comercial também ajudou o **PIB** a aumentar.

Também há mais boas notícias no que diz respeito à **inflação**. A medida de preços ao consumidor do Departamento do Comércio - a métrica de **inflação** preferida do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) - subiu a uma taxa anual de 1,7% no quarto trimestre, em comparação com o trimestre anterior, e já tinha aumentado 2,6% no terceiro trimestre. O chamado núcleo da **inflação**, que não inclui os preços de alimentos e da energia em um esforço para captar melhor a tendência da **inflação**, subiu a uma taxa de 2%, emparelhada com o aumento do terceiro trimestre. Os dados mensais, que serão incluídos hoje no relatório de rendas e despesas, devem mostrar que a tendência do núcleo da **inflação** é de ficar abaixo de 2%.

Certamente ainda há fatores que atrapalham a economia, em especial o nível elevado das taxas de juro de curto prazo. Mas como o mercado de trabalho ainda vai bem, o esfriamento da **inflação** aumenta o poder de compra dos trabalhadores e o sentimento começa a melhorar, parece pouco provável que os gastos dos consumidores caiam nos próximos meses. A recuperação dos lucros das empresas e a diminuição das expectativas de recessão devem manter as empresas longe dos cortes.

Se é que já não ocorreu, um pouso suave para a economia parece que pode estar muito próximo.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187774>

PIB dos EUA cresce 3,3% no 4º trimestre de 2023

LAÍS ADRIANA e SERGIO CALDAS

O Produto Interno Bruto (**PIB**) dos Estados Unidos fechou 2023 com alta de 2,5%, de acordo com o Departamento de Comércio dos EUA. Em 2022, o aumento foi de 1,9%. No quarto trimestre de 2023, a economia americana cresceu 3,3% na comparação anual. O resultado ficou acima do teto das estimativas de analistas consultados pelo Projeções Estadão/Broadcast, que variavam de altas de 1% a 2,8%, com mediana de 2%.

De acordo com a Capital Economics, o desempenho colocou os EUA na frente de pares do G-7 (grupo dos países mais ricos), cujas economias enfraqueceram em meio ao aperto monetário dos bancos centrais.

A leitura inicial, porém, mostra desaceleração da economia americana em relação ao terceiro trimestre de 2023, quando o **PIB** dos EUA teve expansão anualizada de 4,9%.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>